



TERRITÓRIO, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: REFLEXÕES A PARTIR DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

João Emerson Cunha Silva
Universidade Federal da Paraíba

Amanda Christinne Nascimento Marques
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O conceito de território desempenhou importante papel ao longo da história da geografia, tendo sido marcado por distintas abordagens e concepções ligadas aos referenciais teórico-metodológicos adotados por pensadores e pensadoras da ciência geográfica. No campo dos estudos agrários, o território notabilizou-se como conceito importante não apenas em correntes como a geografia agrária crítica, mas também em estudos que dialogam com a geografia cultural. Nesse sentido, estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas, a partir da dimensão territorial, vem galgando progressiva importância na geografia agrária brasileira, constituindo uma nova frente de expansão dos horizontes geográficos. Assim, o objetivo deste estudo é compreender as abordagens do conceito de território em pesquisas que discutem povos e comunidades tradicionais, tendo como recorte bibliográfico os anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2003-2019). A metodologia utilizada para construção da pesquisa é fundamentada na análise de conteúdo, consoante Bardin (2022). A partir da análise de conteúdo, utilizamos técnicas qualitativas e quantitativas que possibilitaram definir o *corpus* de análise da pesquisa, com isso, identificamos 421 publicações, dentro do total de 4.971 pesquisas publicadas nos anais do SINGA, que discutiram povos indígenas e comunidades quilombolas nas nove edições dos anais analisados. Por fim, constatamos, no âmbito dos resultados da pesquisa, uma ampla variedade de abordagens territoriais detectadas ao longo do recorte bibliográfico pesquisado, que totalizam mais de uma centena de definições do que constitui o conceito de território. Além disso, verificamos o fortalecimento das temáticas referentes a indígenas e quilombolas, as quais se expressaram pelo aumento do número de pesquisas sobre esses povos ao longo dos anais dos SINGA.

Palavras-chave: território, Geografia Agrária, indígenas, quilombolas.

Territory, Indigenous Peoples, and Quilombola Communities: Reflections from the International Symposium on Agrarian Geography

ABSTRACT

The concept of performance has played an important role throughout the history of geography, having been marked by distinct approaches and conceptions linked to the theoretical-methodological references adopted by thinkers and thinkers of geographic science. In the field of agrarian studies, territory stands out as an important concept, not only in currents such as critical agrarian geography, but also in studies that dialogue with cultural geography. In this sense, studies on indigenous peoples and quilombola communities, from the territorial dimension, have been progressively gaining importance in Brazilian agrarian geography, constituting a new front for expanding geographic horizons. Thus, the objective of this study is to understand the approaches to the concept of territory in research that discusses traditional peoples and communities, using the annals of the International Symposium on Agricultural Geography (2003-2019) as a bibliographical excerpt. The methodology used to construct the research is based on content analysis, according to Bardin (2022). Based on content analysis, we used qualitative and quantitative techniques that made it possible to define the research analysis corpus, thereby identifying 421 publications, within the total of 4,971 research studies published in the annals of SINGA, which discussed indigenous peoples and quilombola communities in the nine editions of the analyzed annals. Finally, we found, within the scope of the research results, a wide variety of territorial approaches blocked throughout the bibliographical section researched, which total more than a hundred definitions of what constitutes the concept of territory. Furthermore, we saw the strengthening of themes relating to indigenous people and quilombolas, which were manifested by the increase in the number of research on these peoples throughout the SINGA annals.

Keywords: territory, Agrarian Geography, indigenous people, quilombolas.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva trazer à tona reflexões referentes à história da geografia agrária, sobretudo, em relação às abordagens do conceito de território nos estudos que lançam olhares sobre povos indígenas e comunidades quilombolas, grupos sociais que têm longa tradição de estudos em áreas como a antropologia, mas que recentemente têm chamado atenção dos estudos geográficos, notadamente, a partir dos novos olhares trazidos por mudanças nos referenciais filosóficos e epistemológicos da disciplina, nos quais categorias como gênero, raça e etnia passaram a ganhar centralidade.

Nesse contexto, para construção desse percurso de trabalho, são necessários aportes teóricos interdisciplinares que subsidiem a reflexão e, nesse sentido, destacamos que alguns teóricos foram basilares. No campo dos debates sobre povos indígenas e quilombolas, Almeida (2004) e Little (2002) são referências centrais para pensarmos as trajetórias conceituais e vivências dessas populações. No que diz respeito ao conceito de território, dialogamos com estudos de Saquet (2020), Haesbaert (2019) e Gottmann (2012) como referências importantes para compreendermos os trajetos do conceito na história da geografia e suas principais abordagens.

No âmbito da metodologia utilizada para construção deste trabalho, destacamos que seguimos os caminhos da pesquisa qualitativa, especificamente, a análise de conteúdo proposta por Bardin (2022). Essa metodologia foi utilizada para análise do recorte bibliográfico da presente pesquisa, os anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), considerando a primeira edição do evento em caráter internacional (2003) até à edição mais recente com anais publicados, realizada em 2019, totalizando nove edições.

Num primeiro momento, fizemos a pré-análise, que consistiu na escolha do nosso recorte, em seguida fizemos a exploração do material, na qual identificamos os trabalhos presentes nos anais que discutem questões referentes a indígenas e quilombolas, etapa que possibilitou a delimitação de nosso *corpus de análise*. Nesta etapa, aplicamos a técnica qualitativa da análise de conteúdo “presença ou ausência” na qual identificamos 421 pesquisas sobre indígenas e quilombolas do total de 4.971 pesquisas publicadas nos anais do evento analisado. Por fim, realizamos o tratamento dos resultados e interpretações, ou seja, a análise dos textos selecionados.

Portanto, nossa pesquisa trilha os caminhos de uma abordagem que busca compreender como o conceito de território tem sido pensado para estudar povos indígenas e comunidades quilombolas a partir de uma perspectiva geográfica e, nesse sentido, dialogamos sobre a importância que esse conceito tem assumido no que concerne à formulação de políticas públicas para a melhoria de vida dessas populações, como é o caso da delimitação de seus direitos territoriais pela Constituição Federal de 1988.

Povos indígenas e comunidades quilombolas através de pesquisas publicadas no Simpósio Internacional de Geografia Agrária

A história do SINGA acontece a mais de duas décadasⁱ, constituindo um espaço de reflexão e debate sobre temáticas, teorias e métodos de interesse da geografia agrária e de áreas afins, com um perfil de participantes bastante plural, entre os quais destacamos participantes de movimentos sociais, professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, representantes de povos indígenas, quilombolas, etc.

De certo modo, essa marca heterogênea de participação no evento contribuiu não apenas para a consolidação desse simpósio como um dos mais destacados eventos da geografia agrária brasileira, mas também possibilitou, gradativamente, a construção de diálogos plurais em relação ao estudo do agrário brasileiro, como evidenciam os temas nodais dos grupos de trabalhos realizados nas nove edições do simpósio.

Aditivamente, destacamos que essa pluralidade do SINGA se torna mais palpável à medida que visualizamos os principais temas e objetos de pesquisa numa ótica temporal, isto é, analisando os pontos de interesse das pesquisadoras e dos pesquisadores ao longo dos vinte anos de trajetória do evento. O exemplo que

damos, que constata essa observação, é justamente o progressivo interesse dos participantes em estudos sobre povos e comunidades tradicionais.

Numa perspectiva espacial, de notável interesse para o pensamento geográfico, as pesquisas publicadas no SINGA desvelam um campo brasileiro múltiplo, de territorialidades distintas, de povos e comunidades com modos específicos de compreender e de se relacionar com os territórios. Todavia, essas pesquisas também desnudam uma alarmante realidade do nosso campo, e que não é exatamente uma novidade na geografia agrária, a violência, os conflitos por terra, a exploração e as desapropriações/ desterritorializações dos povos tradicionais, como, recorrentemente, vem acontecendo com populações indígenas.

Nesse contexto, como nosso objeto tem com centro temático as pesquisas que discutem povos indígenas e comunidades quilombolas a partir da perspectiva territorial, buscaremos inicialmente ilustrar quais povos e comunidades têm se destacado nos estudos publicados nos anais do SINGA. A Figura 1 expressa o número de trabalhos publicados ao longo das nove edições do simpósio com foco no estudo de povos indígenas e comunidades quilombolas.



Figura 1 – Quantidade de trabalhos nos anais do SINGA sobre povos indígenas e comunidades quilombolas por ano de edição do evento.

Fonte: Anais do SINGA. Organização: autores.

Assim, como o Figura 1 acima expressa, foram identificadas 421 pesquisas que discutem povos indígenas e/ou comunidades quilombolas. Ademais, houve um crescimento gradativo do número de publicações com foco na temática dos povos tradicionais, o que denota a progressiva consolidação da discussão no campo da geografia agrária.

Outra questão suscitada em nossa análise foi efetivamente compreender quais os povos/etnias indígenas estudados e quais as comunidades quilombolas que foram objeto de pesquisa do conjunto de textos analisados. Nesse sentido, sintetizamos os resultados desses dois questionamentos em gráficos, como no que segue abaixo, no qual elencamos as principais etnias indígenas estudadas nos trabalhos publicados do SINGA que lançam olhares sobre os povos indígenas (Figura 2).

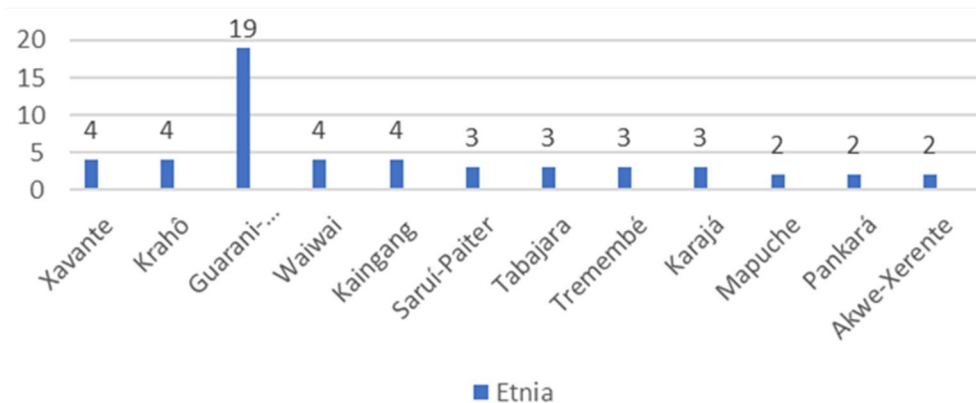


Figura 2 – Principais povos indígenas estudados nos anais do SINGA.

Fonte: anais do SINGA. Organização: autores.

As informações ilustradas acima evidenciam apenas uma parte das etnias estudadas em pesquisas publicadas nos anais do evento, tendo em vista que foram identificados mais de 50 distintos povos indígenas estudados ora de forma específica, ora de forma conjunta com outras populações. Assim, no gráfico, evidenciamos as etnias mais estudadas desse conjunto total e verificamos que há uma forte representatividade de estudos dedicados à reflexão sobre os Guarani-Kaiowá.

As reflexões contidas nas pesquisas que envolvem os Guarani-Kaiowá dialogam com diferentes dimensões estudadas desse povo, como o estudo da resistência jovem Guarani-Kaiowá efetuada por Martins, Alziro e Monfort (2019), mas com a maioria das pesquisas voltadas para as questões que envolvem a expropriação desse povo indígena de seu *Tekoha*, conflitos fundiários, suicídios e uso da violência contra os Guarani-Kaiowá, como evidencia a pesquisa de Mota (2011).

Além de pesquisas voltadas para o estudo dos povos Guarani e Kaiowá, também detectamos diversas pesquisas com foco em outras populações indígenas, como os Xavante, os Krahô, os Waiwai, os Kaingang, os Tabajara, os Saruí-Paiter, os Tremembé, os Mapuche, os Karajás, os Akwe-Xerente, os Kinikinau, os Pankararu, os Xukuru, os Tapuya, os Potiguara, os Kalapalo, os Pataxó, os Anacé, os Jenipapu-Kanindé, entre outras etnias que compõem a diversidade de povos indígenas presentes não apenas no território brasileiro, mas também em outros países da América do Sul.

Todavia, vale destacarmos que nem todas as pesquisas que trataram de temáticas indígenas tiveram como foco o estudo de um povo específico, em alguns casos havia mescla no objeto de pesquisa integrando estudo de ribeirinhos e quilombolas junto a indígenasⁱⁱ, por exemplo, havendo, até mesmo, pesquisas que não especificavam qual população estavam estudando, muitas dessas pesquisas sendo mais de âmbito teórico, com preocupações mais estruturais em relação às políticas públicas voltadas ao atendimento de povos e comunidades tradicionais.

Ademais, buscamos detectar quais comunidades quilombolas foram estudadas ao longo dos vinte anos de existência do SINGA e, nesse sentido, verificamos uma quantidade maior de pesquisas voltadas ao estudo de quilombolas em relação às pesquisas sobre povos indígenas. O Figura 3 a seguir expressa algumas das principais comunidades estudadas por trabalhos publicados nos anais do respectivo evento.

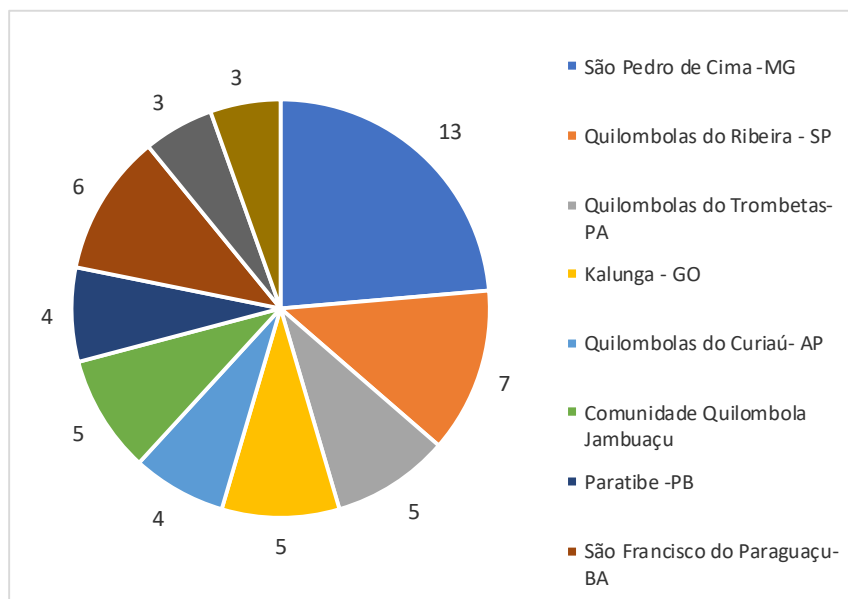


Figura 3 – Principais comunidades quilombolas investigadas em pesquisas publicadas nos anais das nove edições do SINGA (2003-2019)

Fonte: Anais do SINGA. Organização: autores.

A princípio, identificamos que há uma ampla diversidade de comunidades estudadas, contabilizando em nosso levantamento bibliográfico mais de 150, todavia a maioria aparece uma vez em pesquisas pontuais ao longo dos anais, já as que aparecem 3 ou mais vezes foram destacadas no Figura 3 acima, que nos expõe uma amostra dessa pluralidade de comunidades estudadas, indo desde comunidades do Amapá (Comunidade Quilombola Curiaú) até comunidades situadas no Sul do Brasil (Comunidade Quilombola Paiol, no Paraná).

Isso posto, destacamos que a comunidade quilombola mais estudada em pesquisas dos anais foi São Pedro de Cima, localizada no Estado de Minas Gerais, com 13 pesquisas se dedicando a ela como objeto de estudo. Essas pesquisas versaram sobre diferentes dinâmicas enfrentadas pela comunidade, notadamente referente a questões envolvendo monocultura do eucaliptoⁱⁱⁱ, as práticas agroecológicas na comunidade, o estudo da etnoterritorialidade da comunidade, além de questões envolvendo educação ambiental e educação do campo no território.

Além da Comunidade supracitada, outras tiveram enfoque em algumas pesquisas analisadas, como os quilombolas do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, os Kalunga de Goiás, os Quilombolas do Trombetas no Pará, a Comunidade Quilombola Só Assim no Maranhão, a Comunidade Paratibe na Paraíba, a Comunidade do Paiol no Paraná, a Comunidade São Francisco do Paraguaçu- BA, entre outras que não estão expressas na Figura 3 devido ao elevado número de comunidades estudadas (mais de 150), fato que inviabiliza destacá-las de modo mais detalhado.

Também vale mencionarmos que algumas das pesquisas que tinham como enfoque o estudo de comunidades quilombolas partiram de outros enfoques analíticos, por exemplo, identificamos pesquisas que estudavam não apenas uma comunidade específica, mas duas ou mais comunidades presentes num mesmo estado, como é o caso da pesquisa de Vieira Junior (2013) no estudo de comunidades quilombolas do Sul e Baixo Sul da Bahia. Ademais, notamos também pesquisas que não tratavam especificamente de estudos de caso em comunidades específicas, mas discutiam a temática quilombola a partir de um prisma mais conceitual.

Além da identificação desses trabalhos, que incluem tanto trabalhos completos quanto resumos expandidos, buscamos identificar as instituições às quais os autores das pesquisas estavam vinculados, no intuito de compreendermos os principais núcleos de produção de estudos sobre povos e comunidades tradicionais no campo da geografia agrária. Os resultados dessa investigação estão expressos na Figura 4 abaixo, que dimensiona as instituições que tiveram maior representatividade na pesquisa realizada.

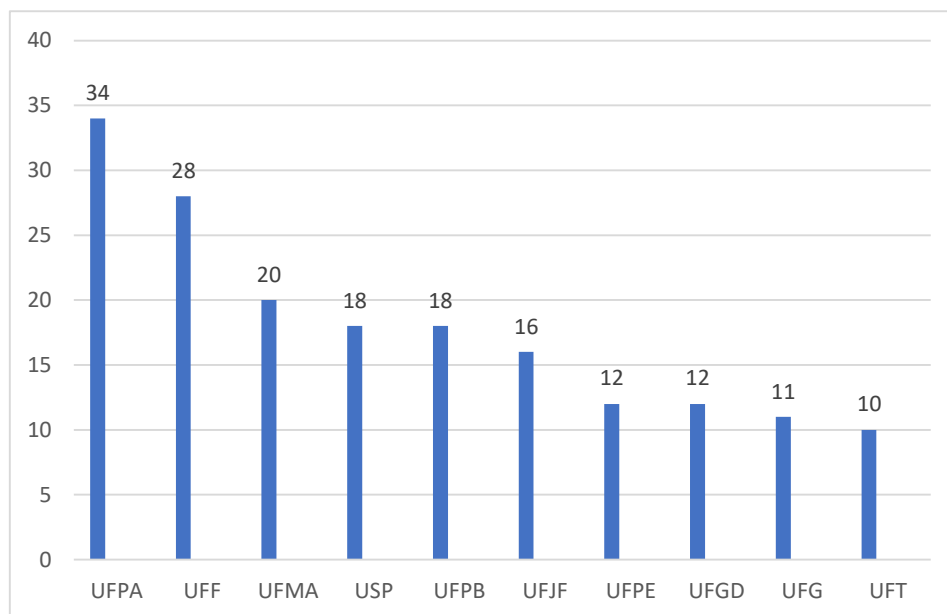


Figura 4 – Quantitativo de trabalhos ligados às instituições vinculadas aos autores das pesquisas analisadas.

Fonte: Anais do SINGA. Organização: autores.

Nesse contexto, a Figura 4 evidencia que a Universidade Federal do Pará foi a instituição que mais teve autores que publicaram nas edições do SINGA, seguida pelas Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Maranhão, Universidade de São Paulo, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Juiz de Fora além das outras que estão expressas no gráfico, as quais também tiveram um quantitativo relevante de pesquisas detectadas ao longo dos anais analisados.

Ainda nessa discussão referente às instituições, buscamos detalhar quais os grupos de pesquisa que os autores que publicaram os trabalhos analisados estavam vinculados. Essa investigação referente aos grupos de pesquisa toma como referência os caminhos seguidos no texto de Marques, Silva e Vieira (2019), que fazem um levantamento bibliográfico sobre pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa “GESTAR: território, trabalho e cidadania” sobre a temática étnico-racial.

Desse modo, identificamos dezenas de grupos de pesquisa vinculados a esses autores e, desse conjunto, destacamos na Tabela 1 a seguir os principais grupos de pesquisa das dez instituições citadas na Figura 4, a fim de delinear os principais núcleos produtores de pesquisas publicadas no SINGA referentes a povos indígenas e comunidades quilombolas.

A Tabela 1 sintetiza 10 dos principais grupos de pesquisa vinculados aos autores que têm publicado sobre indígenas e quilombolas no âmbito do SINGA. São grupos vinculados a distintas instituições de ensino superior espalhadas pelo Brasil. Na Região Norte, destacamos o GDEA vinculado à UFPA e o NURBA vinculado à UFT, no Nordeste podemos citar o Gestar-UFPB, o LEPEC-UFPE e o NERA-UFMA.

Tabela 1 – Principais grupos de pesquisa por IES em trabalhos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas.

Instituição	Grupo de Pesquisa
Universidade Federal do Pará	Grupo de Pesquisas sobre Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia (GDEA/UFPA)
Universidade Federal Fluminense	Núcleo de Estudos sobre Território, Ações Coletivas e Justiça - NETAJ
Universidade Federal do Maranhão	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (NERA)
Universidade de São Paulo	Laboratório de Geografia Urbana/USP
Universidade Federal da Paraíba	Gestar: território, trabalho e cidadania/UFPB
Universidade Federal de Juiz de Fora	NEA Ewè (Núcleo de Estudos em Agroecologia)- UFJF
Universidade Federal de Pernambuco	LEPEC - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato
Universidade Federal da Grande Dourados	Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (Grupo TERRHA) / Grupo de Pesquisa Geografias e Povos Indígenas (GeoPovos)
Universidade Federal de Goiás	Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais-LABOTER.
Universidade Federal do Tocantins	Grupo de Pesquisa NURBA/UFT/CNPq (Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários)

Fonte: Anais do SINGA (2003-2019). Organização: autores.

Já no Sudeste, grupos como o NETAJ-UFF e o NEA-UFJF, entre outros, têm participantes com estudos importantes relacionados aos povos e comunidades tradicionais. Por fim, no Centro-Oeste, grupos como o Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais, o GeoPovos e o Grupo TERRHA são exemplos de núcleos notáveis de produção de estudos nessas temáticas.

Uma questão interessante nessa análise das instituições é o fato de que somando os números das pesquisas vinculadas às instituições por Região, obtemos uma prevalência de instituições da Região Sudeste, seguida por outras como o Nordeste e o Norte. O mapa a seguir detalha de forma pormenorizada essa conjuntura identificada (Figura 5).

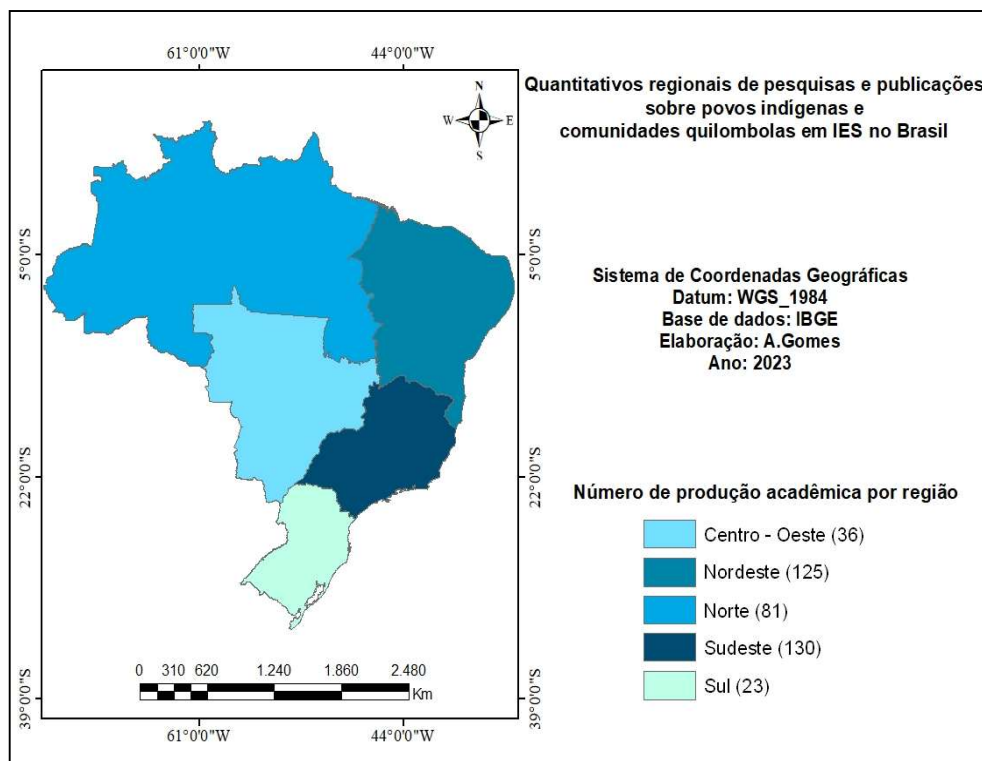


Figura 5 – Distribuição regional da produção acadêmica sobre povos e comunidades tradicionais.

Fonte: Anais do SINGA (2003-2019)

A partir das informações contidas no mapa, compreendemos que há uma prevalência de instituições da Região Sudeste em estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas, considerando o recorte bibliográfico adotado nesta pesquisa. Aditivamente, identificamos que uma parte das pesquisas vinculadas a instituições de pesquisa do Sudeste dedicam-se em estudar povos e comunidades tradicionais de outras regiões do país, notadamente da Região Norte^{iv}.

Essa conjuntura é interessante quando verificamos que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2019, a Região Nordeste concentra o maior número de comunidades quilombolas do Brasil e que segundo dados de 2010 do IBGE, a Região Norte concentra o maior número de indígenas do País.

O conceito de território nos estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas publicados nos anais dos Simpósios Internacionais de Geografia Agrária (SINGAS)

Na análise dos anais do SINGA, identificamos que os anais das nove edições do evento publicaram 4.971 trabalhos (incluindo trabalhos completos e resumos expandidos), nos quais detectamos, por meio da análise de conteúdo, que desse total, 421 trabalhos publicados discutiram questões relacionadas aos povos indígenas e às comunidades quilombolas e, nesse conjunto, mais de 400 citaram o conceito de território.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é discutir o modo como o conceito de território é utilizado no estudo desses povos e comunidades tradicionais, é importante destacarmos, de modo mais amplo, como o conceito de território aparece nos próprios núcleos temáticos dos grupos de trabalhos construídos ao longo das nove edições do simpósio. A Tabela 2 abaixo apresenta os grupos de trabalhos nos quais o território aparece como conceito importante nas discussões propostas.

Tabela 2 – O conceito de território ao longo de eixos temáticos construídos ao longo das edições do SINGA (2003-2019)

Eixo temático	Ano
Reforma Agrária e Impactos Territoriais	2003
Desenvolvimento territorial	2005
Agricultura camponesa e agronegócio, tensões e disputas territoriais	2009
Políticas de (des)envolvimento territorial rural	2009
Questão agrária e transformações territoriais	2009
Territorialidades no espaço amazônico	2009
Transformações territoriais no cerrado brasileiro	2009
Dinâmicas e conflitos territoriais no espaço agrário brasileiro	2011
Dinâmicas territoriais e conflitos agrários na América Latina	2011
Técnica, política e reordenamento territorial no campo	2011
Reestruturação produtiva e modernização do território	2015
Território, turismo e conflitos	2015
Comunidades tradicionais na luta por territórios	2017
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas	2017
Mineração, Agroenergia e Conflitos Territoriais	2017
Comunidades tradicionais na luta por territórios – 2019	2019
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas - 2019	2019

Fonte: anais do SINGA. Organização: autores.

A Tabela 2 acima evidencia que, desde as primeiras edições do Simpósio Internacional de Geografia Agrária, há uma preocupação crescente em relação à discussão de temas da geografia agrária pensados a partir do conceito de território e nesse sentido, temas como mineração, modernização da agricultura, turismo, conflitos agrários, desenvolvimento rural, reestruturação produtiva, entre outros, têm estabelecido diálogos importantes a partir de diversas dimensões, entre as quais, a territorial assume papel notável.

Ademais, um ponto importante é a dimensão territorial enfatizada nos eixos temáticos voltados para análise dos povos e comunidades tradicionais (SINGAS 2017 e 2019), que reforçam a importância analítica do conceito, pensado nesta pesquisa a partir do prisma de Deleuze e Guattari (2010), como um instrumento que além de explicar a realidade, também contribui para transformá-la, uma vez que a defesa e luta pelos territórios de uso tradicional tem relação direta com a manutenção das identidades e dos *modus vivendi* desses grupos.

Aditivamente, procuramos detectar as principais abordagens do conceito de território nas pesquisas analisadas e, nesse sentido, identificamos inicialmente, quais autores eram utilizados no embasamento teórico do conceito de território dos trabalhos completos e resumos expandidos analisados. Os resultados dessa busca estão expressos no Figura 6.

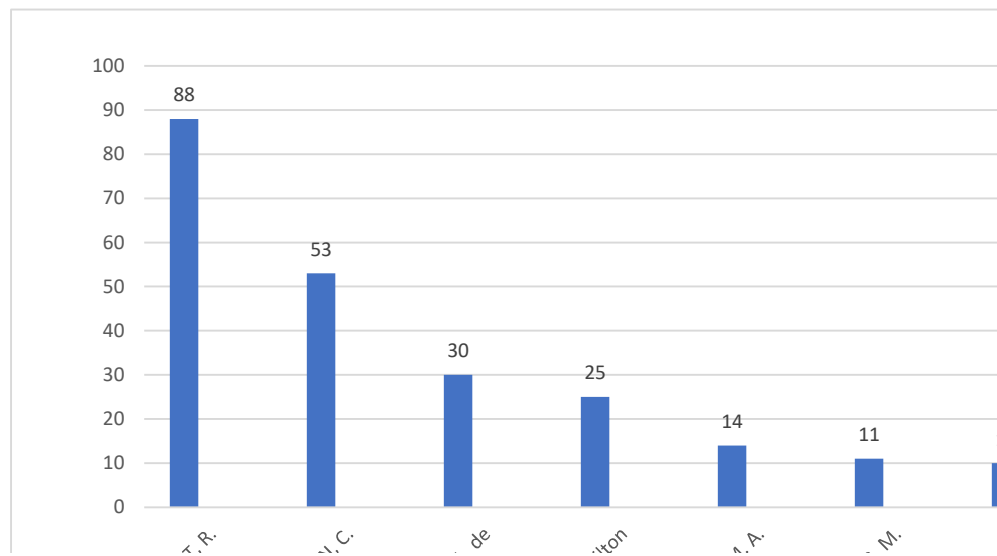


Figura 6 – Principais definições de território detectadas em trabalhos que discutem comunidades quilombolas e povos indígenas no SINGA

Fonte: Anais do SINGA. Organização: autores.

Destarte, é evidente que há uma prevalência em torno da abordagem de território proposta por Rogério Haesbaert (2019, p.79), que considera o território “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações

econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. Haesbaert (2015), assim como Raffestin (1993), não considera território e espaço como iguais, mas ressalta que, embora nunca possam ser considerados como equivalentes, não podem ser efetivamente separados, visto que sem espaço não há território.

Dito isso, voltando aos dados do Figura 6, a extensa produção de Haesbaert sobre território certamente teve contribuição para o autor figurar com prevalência no conjunto da revisão bibliográfica pesquisada. As suas reflexões estiveram presentes tanto em pesquisas referentes às comunidades indígenas, quanto em pesquisas que se dedicaram ao estudo de comunidades quilombolas. Uma dessas pesquisas, elaborada por Motta (2017), embasa-se na reflexão de Haesbaert sobre territorialidade de comunidades tradicionais, mencionando que:

Hasbaert (2002), analisando e elucidando as obras de Guies Deleuze e Félix Guattari a respeito de (de-re) territorialização, traz algumas considerações relevantes acerca da territorialidade das sociedades pré-capitalistas, onde, dentro da presente análise, encaixam-se as comunidades e povos tradicionais. Segundo Hasbaert (2002), as sociedades pré-capitalistas se diferem das demais em sua territorialidade na medida em que estabelecem relações únicas com a terra (Motta, 2017).

O trecho acima exemplifica uma das várias aplicações da reflexão de Haesbaert sobre território, que especificamente no caso do texto de Motta (2017), a utiliza para analisar a mobilização e luta pela terra de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e caiçaras) da costa do Estado do Rio de Janeiro.

Além de Rogério Haesbaert, outros autores também figuraram com importância nos referenciais teóricos das pesquisas analisadas, como Claude Raffestin, autor muito influente no pensamento brasileiro no que tange à abordagem territorial, e que, conforme Saquet (2020), realiza uma leitura que destaca o caráter político do território, não obstante de maneira distinta das abordagens de F. Ratzel, J. Gottman e R. Sack, que também valorizam a dimensão política na constituição do território.

Essa influência no campo mais amplo do pensamento geográfico sobre território reverberou em diversas pesquisas analisadas, das quais destacamos duas que estudam diferentes comunidades, mas tendo Claude Raffestin como um aporte teórico importante para fundamentar a discussão sobre território e territorialidade. A primeira delas é produzida por Rodrigues (2017), que traz à tona a reflexão de território proposta por Raffestin no estudo da Comunidade Negra de Paratibe, localizada em João Pessoa-PB, entendida como espaço de resistência e de ressignificações em busca da defesa de seu território e da construção de uma territorialidade étnica.

Outra pesquisa em que Raffestin e sua abordagem territorial são utilizadas é o trabalho de Gomes, Fé e Nascimento (2017), que estudam a territorialidade das comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI). Nesta pesquisa, além dos autores se fundamentarem no conceito de território de Raffestin, que o entende como uma territorialização do espaço, também trabalham com o seu conceito de territorialidade, compreendido como a multidimensionalidade do espaço vivido, seja por membros de uma coletividade ou de sociedades em geral.

Ademais, outros pensadores também tiveram contribuições verificadas na pesquisa, como Souza (2015), que compreende território como espaços delimitados por e a partir de relações de poder. Para Souza (2015), o que define território em primeira instância é o poder, portanto, a dimensão política é, antes de quaisquer outras, a que define o seu perfil. Todavia, vale salientar que a proposta feita por Souza (2015) não exclui outras dimensões possíveis de serem englobadas pelo território, como a dimensão cultural e a dimensão econômica.

Uma das pesquisas que se ancoram na proposta de Marcelo Lopes de Souza sobre território é a pesquisa de Lira (2019), a qual traz uma análise sobre a importância da delimitação territorial das comunidades quilombolas de Garanhuns-PE e, nessa perspectiva, o conceito de territorialidade proposto por Souza apud Lira (2019, p. 1421), compreendido como “um certo tipo de interação entre o homem e espaço, a qual, é aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” é basilar na reflexão sobre a importância de assegurar os territórios tradicionais dessa comunidade.

Outro pesquisador que traz pontos importantes a serem pensados em relação ao território em sua obra é Milton Santos, autor que, apesar de sua ampla obra dedicada ao espaço geográfico, traz em Santos (2019) análises importantes em torno do território, entendendo-o como território usado, como o chão mais a população.

Essa concepção, como atesta a Figura 6, foi utilizada em algumas pesquisas voltadas ao estudo de indígenas e quilombolas, como na já citada pesquisa de Lira (2019) e em Dieterich (2019), que investigou dois processos importantíssimos na trajetória do povo indígena Kinikinau, os processos de desterritorialização e de reconquista territorial a partir da perspectiva do território usado miltoniano que abrange as coisas naturais, artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.

Ademais, Marcos Aurélio Saquet figurou com importância nos referenciais teóricos utilizados para embasar a reflexão acerca do território. Saquet (2020) entende que nos processos territoriais as dimensões econômica, política, cultural e natural estão sempre presentes. Essa abordagem foi utilizada em pesquisas como a de Silva e Conceição (2017), a qual no estudo da Comunidade Quilombola São Francisco do Paranguaçu utilizou como um de seus referenciais a proposta feita por Marcos Aurélio Saquet, como atesta o excerto a seguir:

Em outra contribuição Saquet (2003) afirma que a produção territorial resulta de um processo social dirigido sob a tríade economia, política e cultura, que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço. Nesta linha de raciocínio o referido autor aponta que tais forças de desenvolvimento se processam coadunadas às relações cotidianas (Silva; Conceição, 2017).

Essa perspectiva adotada por Marcos Saquet na discussão do território traz um elemento importante para pensar o cotidiano de povos e comunidades tradicionais, pois ressalta a multidimensionalidade na construção do território, considerando os aspectos culturais, econômicos e políticos nessa construção no tempo e no espaço.

Aditivamente, é interessante apontarmos que alguns trabalhos trazem com centralidade a dimensão cultural^v na abordagem do conceito de território em estudos relacionados a indígenas e quilombolas, uma vez que essa dimensão é decisiva no funcionamento dessas comunidades. Nesse sentido, a concepção de território para autores como Maria Geralda de Almeida e Joël Bonnemaïson, pensadores ligados à geografia cultural, aparecem em diversas pesquisas do recorte bibliográfico analisado, nas quais a cultura é colocada num papel central.

Para Almeida (2005), território - como forma de organização do espaço - responde, em uma primeira instância, às necessidades sociais, políticas e econômicas da sociedade e, portanto, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sem embargo, ele não se restringe a essa perspectiva instrumental, mas é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo.

Na abordagem territorial de Bonnemaïson (2012), há uma relação indissociável entre território e identidade. Para o autor, o território, na perspectiva das sociedades humanas, não é obrigatoriamente fechado, um tecido espacial unido, tampouco induz a um comportamento estável. A partir de suas pesquisas no Oceania, Bonnemaïson visualiza o território como um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. Contudo, vale destacar que em algumas sociedades tradicionais, o território pode tanto ser fechado, irrevogavelmente, quanto ser aberto a aliados e vizinhos.

Nesse contexto, apesar de conceituações distintas de território entre Bonnemaïson (2012) e Almeida (2005), há um elemento comum que é a dimensão simbólica, dimensão essa bastante trabalhada em pesquisas analisadas no SINGA, como evidenciam trabalhos como o de Bacelar (2017), que discute comunidades tradicionais em Macapá e destaca a discussão feita por Maria Geralda de Almeida sobre o papel da diversidade de grupos sociais na diversidade territorial.

Já a pesquisa de Maracajá (2013) traz como um de seus aportes teóricos a discussão de J. Bonnemaïson em torno de conceitos como território e etnia, que são considerados os dois conceitos fundamentais da abordagem cultural pelo autor. A

pesquisa de Maracajá (2013) busca compreender a reconstrução da identidade e as manifestações culturais na Comunidade Quilombola Grilo-PB e, nesse estudo, o conceito de território tem um papel fundamental na interpretação da relação dos habitantes da comunidade com a terra (território), como relata o excerto abaixo:

As narrativas que Ica nos concedeu estão carregadas de lembranças míticas, e essas histórias que ela nos conta fazem parte do imaginário popular dos negros do Grilo. Além desses momentos, ela revela-nos informações sobre sua vida quando morava no Rio de Janeiro[...], onde trabalhou trinta anos como doméstica. O mais interessante é que, apesar de ter vivido muito tempo fora do lugar de origem, não se desprende da terra em que nasceu, pois a relação com o lugar “está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural”. Dito de outra forma, traduz uma territorialidade (BONNEMAISON, 2002, p. 91). Essas questões ficam evidentes no momento em que ela diz: “quando eu levantei a cabeça que olhei pro tempo e disse: sabe de uma coisa, eu quero me enterrar na minha terra, eu não quero ficar por aqui não, aí comprei a passaginha” (Maracajá, 2013, p. 9)

O excerto acima evidencia o modo como a autora costura o estudo da comunidade Grilo, através de falas dos próprios moradores, com a discussão territorial proposta por Jöel Bonnemaïson, que traz à tona com centralidade o conceito de etnia para compreender o território. Nota-se que essa interrelação entre etnia e território, discutida na teoria, é atestada na realidade, na própria fala de Ica que menciona “eu quero me enterrar na minha terra”, na Comunidade Quilombola Grilo.

Além dessa abordagem do conceito de território que privilegia a dimensão cultural, também detectamos pesquisas que trazem em suas referências teóricas a proposta materialista na compreensão do território. Nesse contexto, autores como Fernandes (2009), que discute território como um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder, e Oliveira (2003), que entende o território como produto da luta de classes, são referências nessa abordagem do território em que a dimensão político-econômica ganha maior centralidade.

Uma das pesquisas que traz essa perspectiva ancorada numa abordagem histórico-dialética do território é o texto de Carvalho (2013) que, no estudo da mulher rural e quilombola do nordeste paraense, discute o conceito de território proposto por Ariovaldo U. de Oliveira, o qual deve ser apreendido como síntese contraditório e simultaneamente enquanto totalidade concreta do modo capitalista de produção. Nessa perspectiva, Carvalho (2013) busca discutir a questão da mulher quilombola do Nordeste paraense considerando a sua territorialidade construída via relações sociais cotidianas, compreendendo o território como elemento fundamental na sua reprodução tanto social, quanto cultural.

Por fim, destacamos a contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves em relação às pesquisas analisadas no SINGA. Nesse contexto, citamos pesquisas como Silva e Gonçalves (2017), que traz uma reflexão sobre a agricultura Xukuru e a construção da identidade territorial no Sertão de Pernambuco através de um referencial teórico que inclui a proposta territorial de Porto-Gonçalves, como aponta o trecho a seguir.

“[...] tornar próprio um espaço pelo nome que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques, aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social se constitui como tal, constituindo seus mundos de vida, seus mundos de significação e tornando seu um espaço – um território.” (Porto-Gonçalves *apud* Silva; Gonçalves, 2017)

Há no excerto acima, implicitamente, o entendimento do território a partir da apropriação do espaço por um grupo social, no caso da pesquisa de Silva e Gonçalves (2017), esse grupo seria o povo Xukuru. Notadamente, a proposta de definição de território elaborada por Porto-Gonçalves traz com centralidade a noção de poder, como verificamos na pesquisa de Arruzo (2017), que estuda o processo de expropriação territorial dos Guarani-Kaiowá e citando a reflexão feita por Porto-Gonçalves em relação ao conceito de território, que só tem sentido ser discutido se o pesquisador está também analisando seu núcleo epistêmico: o poder^{vi}.

Essas são algumas das principais abordagens territoriais detectadas ao longo do recorte bibliográfico pesquisado, que totalizam mais de uma centena de definições do que constitui o conceito de território. Além dos autores citados no Figura e discutidos brevemente ao longo deste capítulo, outros autores também foram utilizados como base teórica para os estudos territoriais, como Paul Claval, Luc Cambrezy, Robert Sack, Jean Gottmann, Rafael Sâncio Araújo dos Anjos, Friedrich Ratzel, Antônio Carlos Robert Moraes, Manuel Correia de Andrade, Paul Little, José de Souza Martins, Maurice Godelier, Ruy Moreira, Pierre Bourdieu, Maria Laura da Silveira, Rosa Maria Vieira Medeiros, Ilka Boaventura Leite, Ana Clara Torres Ribeiro, Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, Jorge Eremites Oliveira, Paul Little, Ilka Boaventura Leite, Michel Foucault, Lourdes Carril, entre outros.

Esses são alguns dos autores e de suas variadas concepções de território identificadas ao longo do recorte bibliográfico analisado. Elas evidenciam fortemente a diversidade teórica e epistemológica da ciência geográfica na abordagem de um de seus conceitos fundamentais: o território. Contudo, mesmo com essa ampla diversidade, notamos que algumas abordagens se sobressaíram, como é o caso da perspectiva multidimensional do território, na qual podemos incluir pensadores como Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet. Outra abordagem que também carimbou representatividade em várias pesquisas foi a

relacional, construída por teóricos como Claude Raffestin, autor que inclusive influenciou importantes pensadores da geografia agrária brasileira.

Aditivamente, destacamos também as contribuições da perspectiva simbólico-cultural de abordagem do conceito de território, a qual inclui pensadores como Joël Bonnemaison, Luc Cambrezy e Maria Geralda de Almeida, que compreendem a centralidade da dimensão cultural na construção do território, na reprodução das territorialidades e na formação de uma identidade a partir dos fortes laços simbólicos estabelecidos com a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos trabalhos presentes nos anais, podemos delinear alguns dos pontos centrais identificados nas pesquisas no que diz respeito às abordagens do conceito de território nos trabalhos que visam discutir povos indígenas e comunidades quilombolas. Um primeiro ponto é justamente a progressiva importância que as pesquisas geográficas têm dado às temáticas indígena e quilombola, fato que pode ser constatado de modo objetivo pelo crescimento quantitativo do número de pesquisas publicadas nos anais do SINGA que voltam seus olhares para essas populações. Essa é uma reflexão que precisa ser destacada, uma vez que nem sempre o estudo desses povos e comunidades esteve presente nas agendas de pesquisas de alguns paradigmas da geografia, situação que contrasta com as preocupações atuais.

Ademais, compreendemos que há centralidade do conceito de território como elemento importante para subsidiar as reflexões teóricas nas pesquisas analisadas. As abordagens do conceito são múltiplas, indo desde perspectivas mais materialistas, com ênfase nos aspectos econômicos, até reflexões que trilham os caminhos do idealismo, sobretudo, no âmbito da dimensão cultural. Esses resultados nos remetem a Rogério Haesbaert, em seu livro “O mito da desterritorialização”, no qual ele aponta as principais vertentes de abordagem do conceito no âmbito da geografia e das ciências humanas e, nesse sentido, verificamos algumas dessas tendências no campo dos estudos agrários que buscam refletir povos e comunidades tradicionais, o que evidencia a pluralidade teórico-metodológica no tratamento do conceito de território.

Por fim, mas não menos importante, mencionamos que há um elemento que une muitas destas perspectivas, desde a multidimensional até às relacionais, materialistas e mesmo algumas idealistas, que é utilização da noção de poder como elemento, muitas vezes, nevrálgico para compreender o território. Assim, reforçando a já mencionada concepção de Carlos Walter Porto-Gonçalves que, para pensar território, é necessário pensar poder enquanto seu núcleo epistêmico, a fim de não cairmos num esvaziamento do conceito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais*. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V. 6 , N. 1 / maio de 2004.

ALMEIDA, M. Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. Revista da ANPEGE, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005.

ARRUZZO, R. C. "OCUPANDO" E "DESENVOLVENDO" O MATO GROSSO DO SUL: histórico do processo de expropriação territorial dos Guarani e Kaiowá. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

BACELAR, M. O. B. *Comunidades tradicionais: As lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital – Macapá – AP. In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 279-304.

CARDOSO, R. de J; SACRAMENTA, D. M. O. *Espaços vividos no rio Cueiras: a liberdade de habitar o lugar. In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013. João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.*

CARVALHO, A. R. de. *MULHER RURAL E QUILOMBOLA: A FACE DA TERRITORIALIDADE NO NORDESTE PARAENSE. In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013. João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.*

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 3. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. 271 p.

DIETERICH, J. E.G. *Território Kinikinau: um estudo sobre a desterritorialização da etnia Kinikinau e a busca pela reconquista territorial. In: IX Simpósio Internacional de geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. Anais, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.*

- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. *In*: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 9, p. 197-215.
- GOMES, J. M. A; FÉ, E. G. ; NASCIMENTO, J. E. do. TERRA E TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DOS COCAIS (PI). *In*: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n.3, 2012.
- HAESBAERT, R. da Costa. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- HAESBAERT, R. da Costa. *Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial*. *In*: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. P. 91-118.
- IMBELLONI, A. C. P; LYRA, M. F. de B; BALBINO, L. de O. Aspectos socioambientais do plantio de Eucaliptos na Comunidade de São Pedro de Cima, Divino, MG. *In*: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013. João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LIRA, W. C. B. de. *COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE GARANHUNS-PE: A IMPORTÂNCIA DA DELIMITAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS E O SEU RECONHECIMENTO SOCIAL*. *In*: X Simpósio Internacional de geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. Anais, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.
- LITTLE, P.E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. *Série Antropologia*. 322. Brasília, 2002.
- MARACAJÁ, M. S. L. (RE) *CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA GRILO, PARAÍBA: a ciranda como estratégia política e de resistência* *In*: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013. João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.
- MARQUES, A. C. N.; SILVA, M. J. da; VIEIRA, Ruth. *Geografia e questão étnicorracial: caminhos traçados na UFPB nos últimos 15 anos*. *In*: IX Simpósio Internacional de

geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. Anais, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.

MARQUES, Amanda C. Nascimento. *Fronteiras étnico-raciais: preâmbulo sobre a legislação indígena e quilombola no Brasil*. In: : VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013. João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

MARQUES, M. I. M. *Geografia agrária crítica: um pouco de história*. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 3, p. 504-514, dez. 2018.

MARTINS, L. E; ALZIRO, G. L; MONFORT, G. C. *SEMENTES DA TERRA: Novas territorialidades da resistência jovem Guarani e Kaiowá no NO TEKOKHA GUYRA KAMBY'I – MATO GROSSO DO SUL*. In: IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. Anais, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.

MOTA, J. G. B. *A territorialização precária Guarani, Kaiowa e Terena na reserva indígena de Dourados/MS: ocorrências de suicídios e assassinatos*. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. Anais. Belém: ed. Açai, 2011.

MOTTA, L. R. *APLICAÇÃO CONCEITUAL DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NAS MOBILIZAÇÕES E LUTAS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA ZONA COSTEIRA SUL DO RIO DE JANEIRO*. In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária: O Campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social", 1, 2003. São Paulo. Anais... São Paulo: ?, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, M. de F. F. *COMUNIDADE NEGRA DE PARATIBE, QUILOMBO URBANO, ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E DE RESSIGNIFICAÇÕES, JOÃO PESSOA – PB, BRASIL*. In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 29ªed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVA, B. B. da; GONÇALVES, C. U. AGRICULTURA XUKURU E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL NO SERTÃO DE PERNAMBUCO. Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.

SILVA, U. B. da; CONCEIÇÃO, Edney. *O PAPEL DA MULHER NA PRODUÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO QUILOMBO*: Um olhar sobre a Comunidade São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira/BA. In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.

SOUZA, M. L. de. *“Território” da divergência (e da confusão)*: em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 53-68.

VIERIA JUNIOR, I. R. *Memória, identidade e território*: notas sobre a regularização fundiária de comunidades quilombolas na Região Sul e Baixo Sul Baiano. In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013. João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

Contato com o autor: jemersonsantosc@gmail.com

Recebido em: 08/02/2024

Aprovado em: 25/06/2026

ⁱ Acerca do SINGA, Marques(2018) menciona que ele agrega num mesmo simpósio dois eventos nascidos em períodos distintos, ou seja, o Simpósio Nacional de Geografia Agrária foi realizado pela 1ª vez na Universidade de São Paulo, em 1998, e, nessa edição específica, não houve a publicação de anais dos trabalhos apresentados. Já o Simpósio Internacional de Geografia Agrária surgiu em 2003, também na USP, mas desta vez a edição contou com a publicação de trabalhos em seus anais.

ⁱⁱ Um dos artigos que traz essa perspectiva de estudo de ribeirinhos junto a povos indígenas é o produzido por Cardoso e Sacramento (2013), o qual, através de um referencial teórico fundamentado na fenomenologia de Merleau-Ponty, busca compreender os espaços vividos de indígenas e ribeirinhos do Rio Cueiras, entorno de Manaus- AM.

ⁱⁱⁱ Como exemplos dessas pesquisas que discutem as tensões territoriais advindas com o plantio das monoculturas do eucalipto em São Pedro de Cima, citamos Imbelloni, Lyra e Balbino (2013).

^{iv} A hipótese que levantamos para explicar esse fato é a centralidade exercida por instituições da Região Sudeste no sentido de atrair pesquisadores de outras regiões para desenvolvimento de pesquisas de mestrado e doutorado em seus respectivos programas de pós-graduação, destacadamente em instituições como a Universidade Federal Fluminense e a Universidade de São Paulo.

^v A fim de aprofundamento em relação à história do conceito de cultura na geografia e no campo da antropologia, verificar Claval (2007) e Laraia (2001).

^{vi} “o conceito de território só tem sentido se você está discutindo poder que é o núcleo epistêmico do conceito de território. Quem controla o recurso? Quem controla o espaço? Essa é a questão chave do território. Se você não vai discutir poder, não use o conceito de território para não esvaziar o conceito. Se tudo é territorial isso esvazia o sentido desse conceito teórica e politicamente tão importante”. (PORTO-GONÇALVES *apud* ARRUIZZO, 2017, p. 5.)